

O circuito de alimentos orgânicos em Campo Grande (MS): trajetórias da agricultura familiar entre o campo e a cidade¹

Tiago Eloi de Lima - UFMS

Palavras-chave: Agricultura familiar; Antropologia da alimentação; Circuitos alimentares

Introdução

A trajetória de organizações coletivas voltadas à produção e à comercialização de alimentos orgânicos evidencia processos que perpassam as histórias dessas instituições. Em Campo Grande (MS), a passagem da Cooperativa dos Produtores Orgânicos da Agricultura Familiar de Campo Grande (Organocoop) para a Associação Sul-Mato-Grossense de Produtores de Orgânicos e Agroecológicos (Asulpoa) revela transformações nas formas de organização da agricultura familiar, nas relações entre produtores(as) e consumidores(as) e nos modos pelos quais os alimentos circulam entre o campo e a cidade.

Esses deslocamentos envolvem conhecimentos, práticas e formas de vida construídas no cotidiano da agricultura familiar. Hortaliças, frutas, raízes, ervas medicinais, ovos, mel, geleias e panificados artesanais percorrem semanalmente o trajeto entre assentamentos, chácaras e sítios localizados no entorno de Campo Grande até a única Feira de Orgânicos da cidade ou diretamente às residências dos(as) consumidores(as). Ao acompanhar esses percursos, torna-se possível compreender que os alimentos carregam consigo histórias de trabalho, relações familiares, técnicas de cultivo, formas de organização coletiva e diferentes maneiras de habitar os territórios rurais.

A Organocoop foi constituída em um contexto de fortalecimento da agricultura familiar e de ampliação da produção orgânica no Brasil, quando políticas públicas voltadas ao setor, novos mercados consumidores e formas coletivas de organização passaram a ampliar as possibilidades de inserção de pequenos(as) produtores(as) rurais. Em Campo Grande, agricultores(as) familiares oriundos(as) de assentamentos, sítios e chácaras encontraram na cooperativa uma estratégia para enfrentar desafios comuns relacionados à certificação, à comercialização da produção e à construção de mercados

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026)

capazes de garantir a continuidade da atividade agrícola. Ao longo de sua trajetória, entretanto, mudanças nas políticas públicas, nas dinâmicas do abastecimento urbano e nas formas de organização do próprio grupo produziram novas configurações, culminando na reorganização da cooperativa como associação.

Essa trajetória permite deslocar o olhar de uma história institucional para uma questão mais ampla: as transformações das relações estabelecidas em torno da alimentação. Para além de mercadorias, os alimentos expressam modos de produzir, formas de trabalho, vínculos sociais e experiências construídas entre agricultores(as), consumidores(as) e territórios. Acompanhar o percurso da Organocoop e da Asulpoa significa, portanto, acompanhar também as mudanças que atravessam a agricultura familiar em Campo Grande, evidenciando como diferentes formas de organização coletiva produziram respostas às transformações do contexto econômico, político e urbano.

Partindo dessa perspectiva, este artigo analisa a criação, consolidação, enfraquecimento e reorganização da Organocoop, buscando compreender de que maneira essa trajetória evidencia reconfigurações nos circuitos alimentares da agricultura familiar em Campo Grande. A análise parte de uma orientação etnográfica desenvolvida na única Feira de Orgânicos da cidade, articulada a visitas às propriedades rurais, entrevistas semiestruturadas e conversas informais com agricultores(as) familiares. Ao acompanhar a história da organização e o cotidiano de interlocutores(as), procura-se compreender como produção, organização coletiva e comercialização constituem dimensões inseparáveis das relações entre campo e cidade.

O argumento desenvolvido ao longo do texto é que a reorganização da Organocoop como Asulpoa representa dimensões além da forma jurídica de organização dos(as) produtores(as). Ela expressa um processo de adaptação da agricultura familiar diante das transformações nas formas de abastecimento, nas relações de consumo e nas estratégias de permanência de pequenos(as) agricultores(as) em uma capital cuja formação histórica permanece vinculada ao universo rural. Ao tomar essa trajetória como objeto de análise, o artigo busca contribuir para os debates da antropologia da alimentação, evidenciando como as formas de organização coletiva também produzem diferentes maneiras de construir relações sociais, acessar mercados e dar continuidade à produção de alimentos orgânicos.

O artigo está organizado em três partes. A primeira discute o contexto de criação da Organocoop e os fatores que possibilitaram sua constituição como estratégia de

organização coletiva da agricultura familiar. Em seguida, analisa as transformações observadas a partir da etnografia da Feira de Orgânicos e das narrativas dos(as) interlocutores(as), evidenciando as mudanças nas relações entre produtores(as) e consumidores(as). Por fim, examina a reorganização da Asulpoa e as novas estratégias de comercialização construídas pelo grupo, discutindo o que esse percurso revela sobre as transformações dos circuitos alimentares da agricultura familiar em Campo Grande.

A feira e as memórias da Organocoop

A Feira de Orgânicos de Campo Grande constitui o principal espaço de comercialização dos(as) produtores(as) atualmente vinculados(as) à Associação Sul-Mato-Grossense de Produtores Orgânicos e Agroecológicos (Asulpoa). Realizada há mais de quinze anos na Praça do Rádio Clube, na região central da cidade, a feira tornou-se um importante ponto de encontro entre agricultores(as) familiares e consumidores(as), concentrando parte significativa da comercialização de alimentos orgânicos produzidos no entorno da capital. Entretanto, acompanhar o cotidiano da feira significou também percorrer sua história. Ao longo das entrevistas e das conversas realizadas durante o trabalho de campo, diferentes interlocutores retomavam constantemente uma experiência organizativa que antecedeu a atual associação: a Cooperativa dos Produtores Orgânicos da Agricultura Familiar de Campo Grande (Organocoop).

A história da feira, portanto, fundia-se com a história da própria cooperativa. Sempre que perguntava sobre a organização atual, as respostas conduziam ao período em que a Organocoop reunia dezenas de produtores(as), articulava políticas públicas e estruturava a comercialização coletiva dos alimentos orgânicos em Campo Grande. A cooperativa permanece como uma referência utilizada pelos(as) interlocutores(as) para explicar tanto a consolidação da produção orgânica na cidade quanto os desafios enfrentados pelo grupo na atualidade.

Nas manhãs de feira, muito antes da chegada de consumidores(as), produtores(as) organizam cuidadosamente as bancas, distribuem os alimentos conforme a disponibilidade da colheita e atualizam uns aos outros sobre o andamento da produção nas propriedades. Enquanto caixas de hortaliças são descarregadas dos veículos, começam também as primeiras conversas sobre a chuva da semana anterior, o ataque de insetos, a qualidade do solo ou a expectativa para a próxima colheita. A montagem da feira evidencia que aquele espaço constitui um momento de reencontro entre

agricultores(as) que compartilham experiências, dificuldades e estratégias construídas ao longo de suas trajetórias.

Entre os(as) interlocutores(as), Valdemar, produtor rural que participou da criação da cooperativa, reconstrói esse processo a partir da intensa mobilização existente naquele período em torno da agricultura orgânica. Segundo ele, diferentes produtores buscavam formas de organizar a produção, acessar políticas públicas e construir canais mais estáveis de comercialização. A Organocoop surgiu justamente como resultado desse movimento coletivo.

Valdemar: A ORGANOCOOP na época foi o grupo reunido, o maior grupo de orgânico e, na época, a gente teve as 15 chácaras daquela Agrovila certificadas. Da ORGANOCOOP, que produzia mesmo, que contribuía com a construção, eram 25 produtores. Quinze daqui e mais dez de outros lugares. Tinham uns cinquenta e poucos na cooperativa, mas eram pessoas que certificavam a propriedade e não tinham produção...

A organização coletiva respondia a desafios que começavam ainda na produção. As propriedades cultivavam uma grande diversidade de alimentos, entre eles alface, rúcula, couve, mandioca, batata-doce, abóboras, quiabo, temperos, frutas, ovos e plantas medicinais, cuja oferta variava conforme os ciclos produtivos e as condições climáticas. Diferentemente dos sistemas especializados predominantes no agronegócio, a diversificação constituía uma estratégia de manejo, distribuição dos riscos produtivos e manutenção da fertilidade do solo. Nas propriedades visitadas durante a pesquisa, produzir alimentos orgânicos significava conviver diariamente com ritmos determinados pela terra, pelas chuvas, pelas estações e pelo próprio desenvolvimento das plantas.

O relato evidencia que a cooperativa ultrapassava o número de produtores efetivamente envolvidos na comercialização cotidiana. Havia agricultores(as) interessados(as) na certificação de suas propriedades, outros que mantinham produção em menor escala e aqueles(as) que participavam mais diretamente da construção política da organização. A certificação coletiva constituía um dos principais atrativos da cooperativa, permitindo que pequenos(as) produtores(as) compartilhassem custos, ampliassem sua inserção no mercado e fortalecessem a identidade da produção orgânica regional.

Durante as visitas às propriedades rurais, tornou-se evidente que a certificação constituía apenas uma das dimensões do trabalho desenvolvido pelos(as) agricultores(as). O cotidiano da produção envolvia o preparo do solo, a produção de adubos orgânicos, o plantio consorciado, o manejo ecológico de pragas, a irrigação e a colheita manual dos alimentos. Essas práticas eram constantemente mencionadas pelos(as) interlocutores(as)

como resultado de conhecimentos acumulados ao longo de décadas de trabalho na terra e continuamente aperfeiçoados por meio da troca de experiências entre os(as) próprios(as) produtores(as).

A escolha pelo modelo cooperativista também não ocorreu por acaso. Conforme relata Valdemar, a criação de uma associação chegou a ser discutida entre os(as) produtores(as). A proposta, entretanto, foi rapidamente abandonada porque muitos assentamentos já possuíam associações próprias, o que poderia gerar conflitos institucionais. A cooperativa apresentou-se como uma alternativa capaz de reunir agricultores(as) de diferentes origens sob uma mesma organização jurídica, centralizando a comercialização e fortalecendo sua capacidade de negociação.

Valdemar: Daí que veio a ideia de criar a cooperativa dos produtores de orgânicos. Aí já não ia mais atender o produtor no seu CPF, mas um CNPJ jurídico da cooperativa e o produtor avaliado pela cooperativa, que foi a ORGANOCOOP.

A passagem do CPF para o CNPJ, destacada pelo interlocutor, sintetiza uma transformação que representa a passagem de iniciativas individuais para uma estratégia coletiva de inserção no mercado, permitindo que a negociação com instituições públicas e privadas deixasse de ocorrer de forma isolada e passasse a ser conduzida pela própria cooperativa. A organização coletiva constituía, assim, uma condição para ampliar o alcance da produção orgânica e acessar oportunidades que dificilmente seriam alcançadas por produtores(as) individualmente.

As narrativas também situam a criação da Organocoop em um contexto favorável à expansão da agricultura orgânica. Segundo Claudinei, outro produtor rural também presente na feira, havia naquele momento forte incentivo internacional a projetos relacionados à sustentabilidade e à preservação ambiental, criando expectativas de acesso a financiamentos e parcerias que pudessem fortalecer a agricultura familiar organizada.

Claudinei: Se a gente tivesse uma cooperativa exclusiva de orgânico, um grupo, seria possível reivindicar as coisas. Na época também os países europeus estavam investindo muito nessa questão de sustentabilidade [...]. A cooperativa tinha uma força até maior do que uma ONG, porque era em prol de uma causa.

Esse contexto também favoreceu a articulação entre produtores(as), poder público e outras instituições locais. Nas memórias do interlocutor, representantes da prefeitura participaram diretamente do processo de criação da cooperativa, contribuindo para superar etapas burocráticas necessárias à sua formalização. A certificação coletiva e a

criação da Feira de Orgânicos aparecem como desdobramentos desse mesmo movimento organizativo.

Claudinei: Sentaram a prefeitura, com algumas pessoas influentes da época, montaram a cooperativa e fizeram acontecer [...] No primeiro ano da cooperativa já veio a certificação. Através da cooperativa todos os cooperados estavam certificados e aí colocou a Feira do Orgânico. A feira já começou como a primeira feira orgânica certificada como primeira cooperativa certificada do Brasil.

As lembranças de Rosana complementam essa narrativa ao destacar a dimensão alcançada pela Organocoop durante seus anos de maior fortalecimento. Segundo ela, a cooperativa chegou a reunir mais de uma centena de produtores(as), contava com caminhão próprio para transporte da produção e comercializava alimentos tanto na feira quanto em programas institucionais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a Central de Abastecimento (CEASA).

As memórias dos(as) interlocutores(as) revelam, portanto, que a Organocoop constituiu um projeto coletivo que articulava certificação, políticas públicas, comercialização, assistência institucional e diferentes formas de cooperação entre agricultores(as) familiares. É justamente a partir dessa experiência de fortalecimento organizativo que os(as) produtores(as) passam a narrar, posteriormente, o processo de enfraquecimento da cooperativa e sua reorganização como Asulpoa.

Permanências e transformações da Organocoop

As memórias sobre a Organocoop são marcadas por um contraste recorrente. Quando os(as) interlocutores(as) narram os primeiros anos da cooperativa, o fazem a partir de um tempo associado ao crescimento da produção orgânica, ao fortalecimento da agricultura familiar e à ampliação dos espaços de comercialização. Em contrapartida, ao descreverem os anos seguintes, suas narrativas passam a incorporar temas como burocracia, endividamento, redução do número de produtores(as) e mudanças nas políticas públicas. Esses relatos evidenciam as transformações das condições que tornavam possível sua existência.

Durante o trabalho de campo, chamou atenção o fato de que o período de fortalecimento da Organocoop era frequentemente descrito pelos(as) interlocutores(as) como um momento de intensa articulação coletiva. A cooperativa permitia compartilhar custos de certificação, organizar a comercialização, acessar programas públicos e fortalecer relações entre produtores(as) que, embora distribuídos por diferentes

assentamentos e propriedades rurais, reconheciam problemas comuns. Nesse sentido, sua importância ultrapassava a dimensão administrativa. Como observa José de Souza Martins (1981), as formas organizativas construídas pela agricultura familiar constituem também estratégias sociais de permanência na terra e de reprodução da vida no campo diante das transformações impostas pelo mercado. A Organocoop expressava justamente essa tentativa de construir, coletivamente, condições de continuidade para pequenos(as) agricultores(as) em um estado fortemente marcado pela expansão do agronegócio.

Essa permanência era construída diariamente nas propriedades rurais. Durante a pesquisa de campo, observou-se que o trabalho começava ainda nas primeiras horas da manhã e articulava diferentes membros das famílias em atividades como irrigação, limpeza dos canteiros, preparo das mudas, colheita e separação dos alimentos destinados à feira ou às encomendas. A produção orgânica exigia constante acompanhamento dos alimentos e um profundo conhecimento dos ciclos naturais, tornando a relação com a terra um elemento central da própria organização da vida familiar.

Rosana, produtora rural da feira, associa esse período ao apoio recebido do poder público municipal e estadual, responsável por estruturar parte das condições materiais que possibilitaram a expansão da cooperativa. Em sua narrativa, esse apoio permitiu a aquisição de equipamentos, a ampliação dos canais de comercialização e a inserção dos(as) produtores(as) em mercados institucionais.

Rosana: A ORGANOCOOP foi aparelhada pela prefeitura, pelo poder público municipal e também pelo governo do estado [...] A ORGANOCOOP já chegou a ter caminhão de entrega, para o CEASA, do assentamento direto para o CEASA. Eles entregavam no PNAE, entregavam também no CEASA, entregavam em vários locais.

O fortalecimento da Organocoop também alterou a circulação dos alimentos na cidade. A aquisição de um caminhão próprio permitiu ampliar a distribuição da produção para programas institucionais, abastecer a CEASA e atender diferentes pontos de comercialização. Pela primeira vez, muitos(as) agricultores(as) passaram a escoar regularmente alimentos produzidos em pequenas propriedades para mercados urbanos mais amplos, reduzindo a dependência exclusiva das vendas diretas.

A fala evidencia que a cooperativa articulava uma rede de relações entre agricultores(as), instituições públicas e mercados consumidores, ampliando significativamente as possibilidades de circulação da produção orgânica. Sob essa perspectiva, a alimentação deixa de ser compreendida apenas como mercadoria e passa a ser entendida, como propõe Sidney Mintz (2001), enquanto elemento capaz de revelar

relações sociais, políticas e econômicas que estruturam sua produção e circulação. A trajetória da Organocoop demonstra que os alimentos percorriam caminhos construídos coletivamente, dependentes tanto do trabalho dos(as) agricultores(as) quanto das mediações institucionais que possibilitavam sua chegada à cidade.

Entretanto, as mesmas relações que favoreceram o fortalecimento da cooperativa também evidenciaram sua vulnerabilidade. As mudanças nas prioridades governamentais, associadas às dificuldades de gestão e às exigências burocráticas inerentes ao modelo cooperativista, passaram gradualmente a comprometer sua sustentabilidade. Rosana descreve esse processo como um acúmulo de obrigações administrativas que, ao longo dos anos, tornou financeiramente inviável a manutenção da organização.

Rosana: Teve uma questão de gestão, acabaram tendo uma dívida muito grande, porque a cooperativa precisava declarar imposto, declarar várias coisas. Foi virando uma bola de neve, a questão burocrática. Aí eles tiveram que vender o caminhão para poder pagar as dívidas.

A perda dessa estrutura logística repercutiu diretamente no cotidiano dos(as) agricultores(as). Sem o caminhão, parte da produção voltou a depender de veículos particulares, deslocamentos individuais e reorganização das entregas. Alimentos altamente perecíveis, como hortaliças folhosas, passaram a exigir novas estratégias de transporte e comercialização, tornando ainda mais importante a construção de circuitos curtos entre produtores(as) e consumidores(as).

Nas narrativas dos(as) interlocutores(as), a venda do caminhão ocupa um lugar que extrapola sua dimensão material. O veículo sintetizava a capacidade logística conquistada pela cooperativa e sua inserção em diferentes mercados consumidores. Sua perda representa, simbolicamente, o enfraquecimento de uma estrutura coletiva construída ao longo de anos de organização. Ao mesmo tempo, a diminuição do número de cooperados tornou cada vez mais difícil sustentar uma instituição cuja complexidade administrativa exigia participação permanente de seus membros. Essa percepção aparece de forma direta na fala de Valdemar: *Sobraram onze pessoas. Como que vai tocar uma cooperativa com onze pessoas?*

A resposta encontrada pelos(as) produtores(as), contudo, não foi o abandono da organização coletiva. Ao contrário, diante da impossibilidade de manter a estrutura jurídica da cooperativa, optou-se por reorganizar o grupo sob outra forma institucional. A criação da Asulpoa não significou o rompimento das relações anteriormente construídas, mas sua adaptação a um novo contexto. Permaneceram praticamente os(as)

mesmos(as) agricultores(as), a mesma feira, parte dos mesmos consumidores e o compromisso comum com a produção de alimentos orgânicos e agroecológicos.

Essa permanência permite compreender a transição entre Organocoop e Asulpoa para além de uma simples mudança jurídica. Como demonstra Norbert Elias (1994), as configurações sociais transformam-se continuamente sem que isso implique a dissolução das relações de interdependência que lhes dão sustentação. Mudam as formas institucionais, reorganizam-se as posições ocupadas pelos sujeitos, alteram-se as condições políticas e econômicas, mas permanecem redes de cooperação construídas ao longo do tempo. A Asulpoa nasce justamente desse processo: menos como uma nova organização e mais como a continuidade possível de um coletivo que precisou reorganizar suas estratégias para permanecer produzindo, comercializando e ocupando a cidade por meio da alimentação.

A Asulpoa e a reconfiguração dos circuitos alimentares

A criação da Associação Sul-Mato-Grossense de Produtores Orgânicos e Agroecológicos (Asulpoa) não representou um recomeço, mas uma resposta construída pelos(as) próprios(as) agricultores(as) diante da impossibilidade de manter a estrutura jurídica e administrativa da Organocoop. Nas narrativas dos(as) interlocutores(as), o encerramento da cooperativa não significou o fim das relações de cooperação estabelecidas ao longo dos anos. Ao contrário, a necessidade de permanecer comercializando os alimentos e ocupando a Feira de Orgânicos levou o grupo remanescente a construir uma forma organizativa mais compatível com sua nova realidade.

Segundo Valdemar, a decisão foi tomada coletivamente após a constatação de que a cooperativa já não reunia condições administrativas para continuar funcionando. Em vez de insistir na manutenção de uma estrutura considerada inviável, os(as) produtores(as) organizaram uma comissão responsável por conduzir a criação da nova entidade.

Valdemar: A ASULPOA foi feita assim: quando a gente decidiu pelo processo de engavetar a ORGANOCOOP, criou-se uma comissão. E essa comissão, a gente elegeu um presidente e as pessoas que foram responsáveis...

A fala evidencia que a passagem da cooperativa para a associação não ocorreu como uma ruptura abrupta, mas como um processo negociado entre aqueles(as) que

permaneceram vinculados(as) à organização. A própria escolha da forma associativa revela uma adaptação às condições concretas vividas pelo grupo. Enquanto a cooperativa exigia uma estrutura administrativa complexa, obrigações fiscais permanentes e maior capacidade financeira, a associação apresentava um funcionamento mais simples, permitindo que um número reduzido de agricultores(as) continuasse atuando coletivamente. Essa diferença aparece de maneira explícita na explicação oferecida por Valdemar: *Para você ter uma associação, ela não tem custo nenhum [...] ela não pode reter lucro, ela não pode distribuir. [...] Não tem fins lucrativos. Ela é uma ONG jurídica.*

A mudança institucional evidencia um aspecto importante da agricultura familiar observado durante a pesquisa: suas formas organizativas são constantemente reelaboradas em função das condições sociais, econômicas e políticas nas quais estão inseridas. Nesse sentido, mais do que compreender a Asulpoa como sucessora da Organocoop, interessa observar como os(as) próprios(as) agricultores(as) reinterpretaram sua experiência anterior para construir uma organização capaz de responder às demandas do presente.

Esse presente, entretanto, já era bastante distinto daquele vivido nos primeiros anos da cooperativa. A comercialização institucional perdeu centralidade, o número de produtores(as) diminuiu e a Feira de Orgânicos passou a concentrar boa parte das vendas realizadas pelo grupo. Paralelamente, novas formas de comercialização começaram a ganhar espaço, especialmente por meio de encomendas realizadas diretamente pelos consumidores e do serviço de *delivery*, reorganizando a circulação dos alimentos entre as propriedades rurais e a cidade.

Muitos(as) consumidores(as) passaram a realizar pedidos antecipadamente por telefone e, mais recentemente, por aplicativos de mensagens, recebendo os alimentos diretamente em suas residências. Essa modalidade alterou a organização do trabalho nas propriedades, exigindo planejamento prévio da colheita, montagem de pedidos individualizados e definição de rotas de entrega, ao mesmo tempo em que ampliou o alcance da produção para consumidores(as) que já não frequentavam regularmente a feira.

A adoção do *delivery*, entretanto, não substituiu completamente a feira. Diversos(as) interlocutores(as) afirmam que muitos dos atuais clientes das entregas domiciliares conheceram inicialmente os(as) produtores(as) durante as feiras semanais. A confiança construída ao longo dos anos por meio das conversas presenciais, da possibilidade de conhecer quem produzia os alimentos e da continuidade das relações tornou-se elemento fundamental para a consolidação dessa nova forma de comercialização.

Essas transformações não significaram o desaparecimento da feira. Ao contrário, o trabalho de campo demonstrou que ela continua desempenhando papel fundamental para os(as) produtores(as), embora sua função tenha se modificado ao longo do tempo. Além da comercialização direta, a feira tornou-se um espaço de manutenção das relações construídas entre agricultores(as) e consumidores(as), de divulgação dos produtos e de fortalecimento da identidade coletiva do grupo.

Essa coexistência entre formas tradicionais e novas modalidades de comercialização evidencia que os circuitos alimentares não são substituídos, mas continuamente reorganizados. Como observa Magnani (2002), os circuitos urbanos constituem-se a partir das práticas e deslocamentos cotidianos realizados pelos sujeitos. No caso da Asulpoa, a circulação dos alimentos deixou de depender exclusivamente da presença física na feira e passou a incorporar novos percursos, conectando propriedades rurais, bairros da cidade e consumidores(as) por diferentes meios, sem que isso eliminasse a importância dos encontros presenciais.

A própria experiência dos(as) consumidores(as) também se transformou. Durante a observação participante, era comum acompanhar clientes que percorriam todas as bancas antes de realizar suas compras, perguntando pela ausência de determinados produtos, comentando receitas ou solicitando alimentos específicos para a semana seguinte. Outros chegavam já com listas previamente organizadas, retiravam rapidamente suas encomendas e aproveitavam o momento para conversar sobre as condições da produção ou sobre acontecimentos recentes nas propriedades. Esses encontros demonstram que o consumo de alimentos orgânicos ultrapassa a aquisição de mercadorias, constituindo relações sociais sustentadas pela confiança, pelo reconhecimento mútuo e pela valorização do trabalho desenvolvido pelos(as) agricultores(as).

Esse movimento também permite ampliar a reflexão proposta por Attianesi e Passamani (2018) acerca de Campo Grande como uma cidade "pra lá de rural". Se, por um lado, a expansão urbana e a digitalização das formas de consumo alteram profundamente os modos de comercialização dos alimentos, por outro, a cidade continua sendo atravessada por relações que mantêm o campo como elemento constitutivo de sua dinâmica cotidiana. A trajetória da Asulpoa demonstra que essa ruralidade não permanece estática nem constitui um resquício do passado. Ela se reorganiza continuamente, produzindo novas formas de articulação entre agricultores(as), consumidores(as), tecnologias e mercados.

A trajetória da Organocoop e da Asulpoa evidencia a capacidade de adaptação da agricultura familiar diante das transformações dos circuitos alimentares contemporâneos. Permanecem os sujeitos, permanecem muitos dos vínculos construídos ao longo dos anos e permanece a busca por formas coletivas de produzir e comercializar alimentos. O que se transforma são as estratégias mobilizadas para garantir essa permanência em uma cidade que continua sendo, simultaneamente, urbana e profundamente atravessada pelo rural.

Ao acompanhar esses deslocamentos entre propriedades rurais, feira, programas públicos e entregas domiciliares, percebe-se que os alimentos constituem o principal fio condutor das relações estabelecidas entre campo e cidade. Suas trajetórias conectam diferentes sujeitos, territórios e formas de organização coletiva, evidenciando que produzir, circular e consumir alimentos são práticas inseparáveis das maneiras pelas quais esses(as) agricultores(as) constroem sua permanência no campo e sua inserção na vida urbana.

Considerações finais

A trajetória da Organocoop e sua reorganização como Associação Sul-Mato-Grossense de Produtores Orgânicos e Agroecológicos (Asulpoa) permite compreender transformações que ultrapassam a história de uma organização de produtores rurais. Ao acompanhar as memórias dos(as) interlocutores(as), as mudanças nas formas de organização coletiva e o cotidiano da Feira de Orgânicos de Campo Grande, este trabalho evidenciou como a agricultura familiar reorganiza continuamente suas estratégias de permanência diante das transformações políticas, econômicas e urbanas que atravessam a produção e a circulação de alimentos.

A etnografia demonstrou que a Organocoop desempenhou um papel fundamental na estruturação da produção orgânica em Campo Grande. A certificação coletiva, a participação em programas públicos de abastecimento, o fortalecimento da feira e a articulação entre agricultores(as), consumidores(as) e instituições constituíram uma experiência que ultrapassava a dimensão econômica da cooperativa. Tratava-se de construir formas coletivas de permanecer produzindo em um contexto estadual fortemente marcado pela expansão do agronegócio.

O processo de enfraquecimento da cooperativa tampouco pode ser explicado por um único fator. As narrativas dos(as) interlocutores(as) revelam que mudanças nas

políticas públicas, dificuldades administrativas, redução do número de produtores(as) e novas dinâmicas de comercialização produziram, conjuntamente, condições que inviabilizaram a manutenção da Organocoop. A criação da Asulpoa representa, nesse sentido, menos uma ruptura do que uma reorganização das relações sociais construídas ao longo dessa trajetória. Mudou a forma institucional, mas permaneceram as redes de cooperação, a feira como espaço de encontro e a busca coletiva por alternativas capazes de garantir a continuidade da agricultura familiar.

Ao privilegiar as experiências narradas pelos(as) próprios(as) agricultores(as), este artigo procurou compreender a alimentação para além de sua dimensão produtiva ou mercantil. Os alimentos aparecem como mediadores de relações entre pessoas, instituições e territórios, revelando processos sociais que conectam o campo à cidade e articulam diferentes formas de organização da vida coletiva. A feira, a cooperativa, a associação e, mais recentemente, o *delivery* constituem momentos distintos de um mesmo circuito alimentar, continuamente reorganizado pelas condições históricas e pelas estratégias construídas pelos(as) interlocutores(as).

Essas transformações também contribuem para ampliar a reflexão sobre Campo Grande enquanto uma cidade cuja constituição permanece profundamente vinculada ao rural. Conforme discutido por Attianesi e Passamani (2018), pensar essa capital exige deslocar o olhar das interpretações tradicionais da antropologia urbana e reconhecer a permanência de dinâmicas rurais em sua organização social. A trajetória da Organocoop e da Asulpoa demonstra que essa ruralidade se reinventa por meio das formas de organização coletiva, das novas estratégias de comercialização e das relações estabelecidas entre agricultores(as) familiares e consumidores(as), produzindo uma cidade em que o rural continua estruturando práticas, deslocamentos e formas de abastecimento.

As trajetórias reconstruídas ao longo deste trabalho também evidenciam que as transformações observadas na Organocoop e na Asulpoa não podem ser compreendidas apenas a partir de indicadores econômicos ou institucionais. Elas dizem respeito às formas pelas quais agricultores(as) familiares reelaboram continuamente suas relações com a terra, reorganizam suas práticas produtivas, constroem mercados e estabelecem vínculos duradouros com consumidores(as). Nesse processo, a alimentação aparece como um campo privilegiado para compreender permanências e mudanças que atravessam simultaneamente o mundo rural e o urbano.

Em um cenário de crescente digitalização das formas de consumo, redução do número de produtores(as) e redefinição das políticas públicas voltadas ao setor, as experiências da Asulpoa evidenciam que a organização coletiva permanece sendo uma estratégia fundamental para a continuidade da produção orgânica e agroecológica. Ao revelar essas permanências e transformações, espera-se contribuir para os debates da antropologia da alimentação, evidenciando que os modos de produzir, comercializar e consumir alimentos constituem, simultaneamente, formas de produzir relações sociais, construir territórios e imaginar futuros possíveis para a agricultura familiar.

Referências bibliográficas:

ATTIANESI, Daniel; PASSAMANI, Guilherme Rodrigues. Um urbano pra lá de rural: Campo Grande pelas lentes da antropologia. Campo Grande: Life Editora, 2018.

ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MINTZ, Sidney W. Comida e antropologia: uma breve revisão. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 16, n. 47, p. 31-41, 2001.